

SÍNDROME DE DOWN E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE MÃES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE SEUS FILHOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Séfora Lima de Figueiredo¹Bianca Santos de Miranda²Eduarda Celino Rodrigues³Luciana Patrícia Vieira⁴

RESUMO

A inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação básica é um tema relevante e desafiador que demanda atenção tanto das políticas públicas quanto da sociedade em geral. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a garantia de acesso de crianças com deficiências e/ou transtornos no ambiente escolar deve ser efetivada não somente por sua permanência, mas também pela promoção de seu desenvolvimento emocional, físico e mental. Os marcos legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, têm sido fundamentais para nortear a efetiva inclusão escolar, garantindo o direito à educação de qualidade. Com o objetivo de analisar as experiências de mães de crianças com Síndrome de Down na educação básica pela perspectiva da educação inclusiva, acerca da saúde emocional, física e mental de seus filhos, realizou-se um relato de experiência fruto de um estudo de uma disciplina no campo da Educação Inclusiva da Unifacisa sobre como mães de crianças com Síndrome de Down percebem a inclusão escolar de seus filhos. Depreende-se do estudo a importância do papel familiar ativo quando se trata de inclusão escolar a fim de propagar discussões que corroborem com o pleno desenvolvimento das crianças. Portanto, compreender as experiências das mães pôde fornecer *insights* valiosos para aprimorar as reflexões sobre as políticas educacionais e as práticas inclusivas nesse âmbito, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças com Síndrome de Down, além de fomentar a ponte necessária entre casa e escola, uma vez que os processos educacionais, com frequência, ultrapassam as barreiras de ambos os espaços.

Palavras-chave: Síndrome de Down, Educação, Inclusão.

¹ Professora do curso de Psicologia da UNIFACISA. Mestre em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - sefora.figueiredo@maisunifacisa.com.br;

² Graduanda no curso de psicologia – UNIFACISA. Especialista em Gestão Estratégica em Educação a Distância e em Gestão de Pessoas – bianca.santos.miranda@maisunifacisa.com.br;

³ Graduanda no curso de psicologia – UNIFACISA. Mestre em Direito e Desenvolvimento pelo Centro Universitário UNIPÊ – eduarda.rodrigues@maisunifacisa.com.br;

⁴ Graduanda no curso de psicologia – UNIFACISA – luciana.bmtz@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Quando abordamos o tema inclusão escolar no contexto para crianças com Síndrome de Down, instiga-nos fomentar provocações acerca de reflexões desafiadoras sobre as práticas pedagógicas e institucionais que atendam efetivamente às necessidades singulares desses alunos. A Síndrome de Down, devido a uma condição genética, pode apresentar como comorbidade a deficiência intelectual, e diversas características cognitivas, físicas, socioemocional que ocorrem em momentos diferentes da média, exigindo abordagens que promovam o desenvolvimento de forma integral e uma participação plena no âmbito das práticas educativas do contexto escolar.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é direito das crianças com deficiência serem matriculadas em escolas regulares, garantindo a elas igualdade de oportunidades e condições de aprendizado adequadas. A inclusão escolar não se limita à presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, mas, envolve a adoção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a sua aprendizagem e sua socialização (Brasil, 2015).

A compreensão dos relatos de experiências de mães de crianças com Síndrome de Down é crucial para identificar as barreiras reais existentes, bem como os pontos favoráveis no processo para a inclusão escolar. Segundo Mantoan (2003), a inclusão é um movimento que busca transformar o sistema educacional, promovendo a equidade e respeitando as diferenças individuais. Para ela, a inclusão escolar só será efetiva quando a escola for capaz de se transformar para atender às necessidades de todos os alunos, sem exceção. Para Stainback e Stainback (1999), a parceria entre pais e educadores é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Assim, a inclusão só acontece através do esforço em conjunto e do diálogo constante com toda a sociedade.

Ante o exposto, este artigo propõe apresentar a análise das vivências, baseada no relato de experiência de três mães de crianças com Síndrome de Down, abordadas através do método da bola de neve, acerca dos desafios enfrentados e pela particularidade de estratégias praticadas para uma inclusão de fato mais efetiva, na educação básica de seus filhos. Mediante essas narrativas, deriva-se que, apesar dos avanços teóricos, e de algumas práticas nesta área, ainda há um decurso para alcançar um ambiente escolar inclusivo e adequado a essas crianças.

São muitas as barreiras enfrentadas pelos infantes com Síndrome de Down e por seus familiares no âmbito educacional, como o capacitismo e a falta de preparo das escolas,

mostram-se, pois, desafios constantes. Por tal razão, como artefato deste estudo, produziu-se uma cartilha psicoeducativa sobre a saúde emocional, física e mental destas crianças, com vistas a contribuir para a ampliação do debate sobre as práticas inclusivas escolares delas, fornecendo subsídios para a implementação de práticas educacionais para que profissionais da educação, por meio de atividades adaptadas, entendam a singularidade de cada criança com Síndrome de Down. E ao mesmo tempo, a ampliação do debate em toda a comunidade escolar a fim de que se tenha equidade e respeito às diferenças.

METODOLOGIA

O presente artigo se trata de um relato de experiência no campo da Educação Inclusiva, fruto de um recorte de estudos realizados no campo da Educação Inclusiva, na disciplina Psicologia e Inclusão Escolar, vinculado ao Curso de Psicologia da Unifacisa – Centro Universitário. O estudo teve como propósito refletir sobre as experiências de mães de crianças com Síndrome de Down inseridas na educação básica, pela perspectiva da educação inclusiva, acerca da saúde emocional, física e mental de seus filhos. Foram abordadas três mães de crianças com Síndrome de Down que experienciam a inclusão escolar na educação básica, que aqui chamaremos de primeira, segunda e terceira mãe, para preservar a privacidade de cada uma delas.

Inicialmente foi contactada uma mãe cujo filho vive a inclusão escolar na educação básica, que pelo método conhecido de bola de neve, indicou outra participante, sequenciando-se a ação até o total de três mães participantes do estudo. Com a utilização de diário de bordo e um roteiro de entrevista, obteve-se dados que contribuíram para a análise sobre a contraposição entre a educação inclusiva prescrita e a real existente na educação básica no Brasil pelas experiências familiares descritas.

Com base no que foi observado e analisado nos depoimentos obtidos, produziu-se uma cartilha informativa sobre a saúde emocional, física e mental de crianças com Síndrome de Down a fim de psicoeducar toda a comunidade escolar sobre a efetiva inclusão escolar dos infantes que têm esta condição, e apresentar aos professores práticas educativas adaptadas a esta síndrome.

LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As pessoas com deficiência estão protegidas por alguns direitos específicos. O sistema jurídico brasileiro funciona dessa forma a fim de tentar garantir equidade. Nesse contexto, equidade consiste na adaptação de normas e garantia de direitos para que certos grupos de pessoas possam experimentar e exercer igualdade de fato diante de um contexto social mais amplo e dinâmico. É uma tentativa de equilibrar relações sociais que são marcadas histórica e culturalmente por desigualdade, injustiça e preconceito (Barros e Sousa, 2016).

No mesmo sentido, o Direito, enquanto instituição se reconhece como agente transformador da sociedade. A criação de leis destinadas a determinados grupos sociais busca também tornar sua aceitação normalizada, para além da existência da norma. É importante, no entanto, que não apenas os grupos que são destinatários desses direitos específicos os conheçam, mas a sociedade como um todo seja informada sobre a existência das leis especializadas.

Assim, para além do reconhecimento de que pessoas com deficiência precisam de proteção especial, o legislador brasileiro foi estimulado a criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei nº. 13.046/2005, a partir da promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas em 2007 (Menezes, 2015). Nosso país ratificou este documento, que ganhou status de norma constitucional em 2008.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 1º, já determina seu objetivo, que consiste em assegurar e promover condições de igualdade para que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos e liberdades fundamentais, com o intuito final de experimentarem cidadania e serem incluídas socialmente (Brasil, 2015). A norma é bastante abrangente e detalhada, e discorre sobre os mais diferentes aspectos da vida da pessoa com deficiência, como: saúde, moradia, trabalho, assistência e previdência social e educação.

O direito à educação é protegido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que o consideram um dever do Estado e da família, e determinam que toda sociedade é responsável (Brasil, 1988) por promover, incentivar e colaborar com esse processo que, além de ser essencial para o desenvolvimento humano, garante o exercício da cidadania e o acesso ao trabalho.

No que diz respeito à educação inclusiva, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, determinam que pessoas com deficiência devem ter acesso a educação de qualidade, em todos os níveis de ensino, levando sempre em consideração seus próprios talentos, habilidades, características e interesses. Assim, proporcionar formas que garantam o aprendizado dos alunos é um dever da comunidade escolar como um todo.

SAÚDE EMOCIONAL, FÍSICA E MENTAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down (SD) é uma condição genética complexa caracterizada pela presença de material genético extra no cromossomo 21. Ela impacta de forma significativa os aspectos biológicos, psicológicos e sociais dos indivíduos, influenciando diretamente sua experiência na educação.

No âmbito biológico, a SD apresenta características físicas distintivas, como a baixa estatura, fendas palpebrais inclinadas para cima, uma prega palmar única e uma aparência facial típica. Além disso, podendo apresentar problemas cardíacos congênitos, deficiência auditiva e visual, bem como dificuldades motoras (Santos, Franceschini e Priore, 2006).

Sobre os aspectos psicológicos, a criança com SD pode apresentar uma ampla gama de habilidades cognitivas e emocionais. Apesar do senso comum associar a síndrome a déficits intelectuais, é importante reconhecer a diversidade dentro dessa população. Alguns indivíduos podem apresentar dificuldades de aprendizagem significativas, enquanto outros podem ter habilidades intelectuais na média ou até acima da média (Freire et al, 2013). Muitas vezes, essas questões emocionais são negligências ou colocadas em segundo plano, como explica Oliveira (et al, 2019). Geralmente, os aspectos afetivos e emocionais desses indivíduos são vistos de forma secundária. Questões emocionais, como ansiedade e baixa autoestima, podem surgir devido a experiências de exclusão social ou frustrações relacionadas à aprendizagem.

Já sobre o aspecto social, a inclusão de indivíduos com Síndrome de Down na educação representa um desafio e uma oportunidade para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A educação inclusiva visa criar ambientes escolares que acolham a diversidade e promovam o respeito mútuo entre todos os alunos (Alves e Barbosa, 2006). Para isso, exige-se o compromisso conjunto de educadores, alunos, pais e comunidade em geral para superar estigmas e preconceitos e promover uma cultura de inclusão. Os profissionais da educação têm um papel fundamental na criação de um ambiente de aprendizagem adaptado às necessidades individuais de cada aluno, garantindo que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial (Alves e Barbosa, 2006).

A compreensão dos aspectos biopsicossociais da Síndrome de Down é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Reconhecendo e valorizando o diferente, podemos criar ambientes escolares que promovam o bem-estar e o

sucesso acadêmico de todos, independentemente de suas habilidades ou características individuais.

CONFRONTO ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PRESCRITA E A REAL DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Educação inclusiva é um princípio que tem o objetivo de promover a equidade nas escolas, garantindo que todos os alunos, tenham acesso a uma educação de qualidade (Neto *et al.*, 2018). Contudo, ao falarmos da inclusão de crianças com SD na educação, percebe-se uma diferença entre o que é descrito nas políticas educacionais e o que é realmente vivenciado pelos alunos e suas famílias dentro das escolas.

Apesar da clareza sobre as potencialidades de desenvolvimento da pessoa com SD, a compreensão do seu processo de aprendizagem nem sempre foi assim. Inicialmente, a escolarização tinha um enfoque no modelo médico, que analisava a deficiência sob a ótica das limitações orgânicas. Desta forma, o atendimento às pessoas com deficiência intelectual esteve, ao longo da história, direcionado por três paradigmas: o segregacionista, o da integração e, mais recentemente, o da inclusão (Castro e Pimentel, 2009).

Atualmente, as políticas educacionais têm apresentado a importância da inclusão nas escolas regulares. Essas políticas defendem que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas, tenham um ambiente de aprendizagem acessível e que promovam a participação igualitária de todos os alunos. Contudo, observa-se que na prática, a implementação dessas políticas muitas vezes enfrenta uma série de desafios.

O acesso precário a recursos e a um apoio adequado para atender as necessidades específicas das crianças com SD, revela muitas vezes a realidade de salas que apresenta uma escassez de pessoas e materiais necessários que possam promover o desenvolvimento eficaz desses alunos. De acordo com Leite e Mont'alverne (2020), isso ocorre devido à falta de preparação dos profissionais para lidar com essas questões, uma vez que o modelo de inclusão, adotado em diversos ambientes escolares no Brasil, está mais ligado à integração do que à inclusão. Além deste aspecto, observa-se uma falta de conscientização dentro da comunidade escolar sobre a importância da inclusão. Ainda é possível perceber a construção de rótulos e um preconceito, que perpassa todos os envolvidos na comunidade escolar. Apesar dessa construção de estigmas, a inclusão promove o desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças com deficiência, ao mesmo tempo em que fomenta uma cultura de respeito, diversidade e empatia entre todos os alunos (Silveira, Reis e Lorenset, 2023).

Logo, para findar com as diferenças entre a educação inclusiva normativa e a real de crianças com SD na educação básica, é imperativo que haja um esforço coletivo de toda a sociedade. Nesse processo, os governos são responsáveis por fornecer os recursos e apoios necessários às instituições de ensino, e esses devem promover formações adequadas aos profissionais da educação, e a sociedade deve promover uma cultura que inclua todos os indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca de entender a percepção de mães de crianças com Síndrome de Down sobre a efetiva inclusão escolar de seus filhos na educação, três mães de pessoas com SD foram abordadas, a partir do método da bola de neve, para a apreensão de suas experiências familiares sobre a inclusão educacional de seus filhos.

A primeira mãe M., 37 anos, mãe de B., 8 anos; a segunda mãe M.C, 31 anos, mãe de N., 7 anos; e a mãe P., 61 anos, mãe de C., 25 anos. Todos foram diagnosticados com Síndrome de Down logo após o nascimento. As três entrevistas foram realizadas de forma remota, já que as famílias vivem em Jaboatão dos Guararapes - PE, Recife – PE e Esperança – PB, respectivamente. As conversas aconteceram entre os dias 18 e 19 de maio de 2023.

Iniciamos a entrevista perguntando a cada entrevistada qual era a sua visão acerca do tema inclusão e qual a diferença entre essa e exclusão. Para ambas, os conceitos estão bem formados e elas acreditam que a inclusão é um processo de ações que tem como objetivo a garantia da participação e do respeito a todas as pessoas, sem nenhuma distinção ou segregação. Quando o assunto é exclusão, M. nos aponta que para ela, excluir é a negação ou proibição de oportunidades e tratamento desigual entre os indivíduos, já P. fala que exclusão é uma atitude da sociedade, que exclui pessoas por um motivo determinado e para M.C excluir, pois, é segregar, fazer diferença, deixar de fora, em virtude de alguma característica específica.

Segundo Pacheco (2007), a inclusão é caracterizada principalmente pela participação integrada e ativa das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida em sociedade. A mera presença tolerada não configura inclusão de forma realmente satisfatória. Nesse sentido, a sensação de exclusão pode ser experimentada mesmo em casos onde teoricamente esteja havendo inclusão, como quando uma criança ou adolescente com deficiência está presente em sala de aula, mas não há esforço da equipe pedagógica, professores e colegas para que ele de fato participe das atividades.

Receber o diagnóstico de uma síndrome costuma ser uma experiência difícil para as famílias de pessoas com Síndrome de Down. Observou-se isso no relato de uma das entrevistadas. A mãe de C. relata que a médica se referiu a este como “mongoloide” na hora de seu nascimento e afirmou que ele só viveria até os 6 anos. A mãe de F. relatou que teve um pré-natal tranquilo e sem intercorrências, mas quando seu filho nasceu viu que os médicos estavam muito assustados e apreensivos antes de dar a notícia, mas que depois que soube que seu filho tinha SD, aceitou tranquilamente e só queria que ele se desenvolvesse feliz. Já a mãe de B. relata que os médicos cuidaram da sua filha com muito zelo. O diagnóstico foi dado a ela, ao marido e aos avós, pela obstetra e pela pediatra que participaram do parto, com muito tato e informação. É possível reconhecer que houve evolução na forma de comunicar o fato aos pais. De acordo com os estudos de Hannum et al (2018), observa-se que diagnósticos apresentados com cuidado, com informação e acolhimento geram menos impacto negativo às famílias. Apesar desta mudança de pensamento, ainda é notório que o capacitismo é enraizado em nossa sociedade.

Depois de diagnosticados, entende-se a importância de conhecer os direitos da pessoa com a Síndrome de Down. Pensando nisso foi perguntado às mães se elas conheciam os direitos relativos aos seus filhos. P. mostrou ter um conhecimento parcial sobre os direitos, e informou que C. teve no início, direito ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, mas segundo a entrevistada este formato de assistência não existe mais. Já as mães de B e F. mostram ter mais embasamento sobre o assunto, pois elas relataram que esse benefício existe e há outros, como vaga assegurada para concursos e universidades públicas, desconto em passagem aérea, impostos e taxas. Quanto mais conhecimento e acesso à informação, mais parecem ser proativas e diligentes no cuidado com seus filhos e na luta contra o preconceito.

As pessoas com Síndrome de Down enfrentam muitos preconceitos e barreiras colocados pela sociedade, mas para as entrevistadas, o principal empecilho foi a educação. As escolas não conseguiam fazer a inclusão efetiva de C., B. e F, para os familiares eles não eram estimulados para progredir. As mães nos apontam que a principal barreira é o capacitismo, e existe uma luta diária para provar que a pessoa com SD é uma pessoa e é dotada de todos os direitos e deve ter acesso pleno à educação.

Sabendo da importância de ter conhecimento e compreender como as políticas públicas podem contribuir para a melhoria do acesso de pessoas com deficiência a alguns serviços disponibilizados pelo Estado, buscou-se saber das entrevistadas quais eram os seus conhecimentos frente a isso. Para elas, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental na educação e na saúde, garantindo o acesso das pessoas com deficiências a

esses dois direitos. Além disso, as entrevistadas também mencionaram, a inclusão de programas e leis que estabeleçam direitos e proteções legais garantindo a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências, como também um melhor acesso a recursos para tratamentos necessários, mais oportunidades de empregos, lazer e cultura.

Perguntadas sobre a busca por capacitações que as ajudassem no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência, tivemos respostas distintas. P. nos disse que nem ela não buscou por cursos, M.C. também informou que nunca fez uma capacitação, porém, por ser advogada, tem consciência de todos os direitos do seu filho, e sempre está envolvida nos trabalhos de ONGs, eventos que trabalham e abordam o tema, e F é “super” engajado nessas ações. Já M. nos apontou que desde o diagnóstico de B., ela buscou entender mais sobre o universo, assistindo palestras, buscando ler ao máximo sobre o assunto e procurou ajuda de profissionais para entender melhor o desenvolvimento de sua filha. M. e seu marido, participaram de grupos de mães e pais de crianças com Down, em ONGs, sempre envolvendo B., garantindo a presença dela em espaços públicos, por uma questão de ter certeza de que é direito da criança.

Seguiu-se a entrevista querendo compreender quais eram as estratégias utilizadas para a inclusão social e escolar que elas adotaram. P. nos aponta que houve uma certa dificuldade no aspecto escolar, pois C. não teve um ensino regular, não participava de forma efetiva das aulas e não tinha muitos amigos. Observou-se aqui, que a escola ao não garantir a ele o desenvolvimento necessário para crescer e se estabelecer como futuro profissional. O comportamento de M. em relação ao convívio social e escolar de B. despertou bastante interesse do grupo, M. nos apontou que a sua estratégia é garantir que B. conviva com seus pares e também mantenha laços de amizade e proximidade com crianças sem deficiência. M.C. usa como estratégia a disseminação de informação de forma coerente, correta e objetiva, para que as pessoas possam fazer diferença no contexto em que estão inseridas.

Esse convívio, através da escolha da exposição ativa da criança a outras pessoas com Síndrome de Down pode realmente trazer uma série de benefícios (Hannum et al, 2018). Os cuidadores podem encontrar um ambiente seguro para trocar experiências, apoiarem e compartilharem orientações, dos e aos profissionais e instituições que cuidam de pessoas com Down. As crianças podem desenvolver senso de pertencimento a grupo, verem-se nos outros, inclusive pelos aspectos físicos que são marcantes nesta condição e se sentirem representadas em suas dificuldades.

Concluiu-se as entrevistas retomando a definição de inclusão e perguntando o que podemos fazer para tornar a sociedade mais inclusiva. Para M. tornar uma sociedade inclusiva

requer ações em várias áreas, como saúde, educação, cultura e lazer. É necessário adotar abordagens mais abrangentes e que envolvam todas as classes, e trabalhar o respeito às diferenças, promovendo a igualdade e proteção. Para P. e M.C. é através do conhecimento que é possível tornar a sociedade mais inclusiva.

Assim como elas acreditam que o acesso à informação e a conscientização dos direitos podem levar a população a desenvolver comportamentos mais inclusivos. A inclusão das pessoas com deficiência e, especificamente com Síndrome de Down, é uma questão fundamental na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Essa luta nos impõe desafios significativos, como barreiras físicas, falta de acessibilidade em espaços públicos, limitação de sua participação e mobilidade. Além disso, podemos observar barreiras sociais e atitudinais que perpetuam estereótipos e preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down é um processo difícil e que exige a participação de todos da sociedade. É importante destacar que as instituições educacionais e as políticas públicas são partes importantes nesta engrenagem. A partir das entrevistas, foi possível observar percepções distintas sobre inclusão neste âmbito, que, no entanto, convergem em pontos cruciais para a efetivação inclusiva.

Como afirmado pelas entrevistadas, e abordado no esboço teórico mencionado ao longo do estudo, a inclusão vai além da presença física da criança atípica dentro da escola. Esta deve proporcionar a participação ativa e o envolvimento em todas as atividades escolares, dando as condições necessárias para atender às necessidades específicas de cada uma delas. Contudo, apesar de todos os esforços e alguns avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que alcancemos um ambiente escolar adequado para todos.

Nota-se que as barreiras enfrentadas, como o capacitismo e a falta de preparo das escolas, são desafios constantes. As vivências de C., B. e N. no processo de desenvolvimento escolar mostraram a importância de uma formação contínua e especializada para profissionais de educação. É necessário que as informações sobre as políticas inclusivas sejam divulgadas, e que as normas possam garantir a inclusão e a efetiva presença nas escolas de recursos e suportes adaptados. Percebeu-se que o acesso a informações precisas, favorecem que as famílias possam lutar pelos seus direitos. Deste modo, observa-se que as mães mais informadas são também as mais engajadas na busca por uma educação de qualidade.

Notadamente é possível afirmar que uma sociedade inclusiva é construída através da conscientização da população acerca das diferentes condições e necessidades das pessoas. As estratégias usadas pelas mães entrevistadas, como por exemplo, a participação em grupos de apoio e a participação das crianças em diferentes ambientes sociais, são ações que podem ajudar no processo de inclusão. É relevante destacar, que a inclusão em todos os âmbitos contribui de forma positiva para a vida de pessoas com deficiência e para toda a sociedade.

Diante o exposto ficam as seguintes questões: como a Psicologia pode ajudar a mudar esse cenário? Como o psicólogo pode atuar para a melhoria da inclusão de pessoas com deficiência? A resposta parece sempre estar ligada ao fornecimento de informação, ao compartilhamento de conhecimento e ao acolhimento de famílias e pessoas com deficiência, a singularidade e subjetividade de cada um, que além das dificuldades inerentes às alterações físicas, cognitivas ou mentais que experimentam, ainda costumam sentir na pele o peso do estigma e da exclusão. E para mitigar parte desta lacuna, propostas advindas de estudos empíricos como este, o recurso psicoeducativo cartilha informativa, podem auxiliar na aproximação de uma educação inclusiva que tanto idealizamos.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. P. C. de; SOUSA, M. F. **Equidade**: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. Saúde Soc., São Paulo, v. 25, ed. 1, p. 9 - 18, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Brasília, DF: Presidente da República.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

CASTRO, A. S. A.; PIMENTEL, Susana Couto. **Atendimento educacional específico**: síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, Félix;

FREIRE, R. C. L.; DUARTE, N. S.; HAZIN, I. **Fenótipo Neuropsicológico de Crianças com Síndrome de Down**. DOI - 10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p354. Psicologia em Revista, Rio Grande do Norte, v. 18, n. 3, p. 354-372, 27 maio 2013. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

HANNUM, J. S. S. *et al.* **Impacto do diagnóstico nas famílias de pessoas com Síndrome de Down**: revisão da literatura. Pensando famílias, Porto Alegre, v. 22, ed. 2, p. 121 - 138, 2018.

LEITE, M. M. F.; MONT'ALVERNE, C. R. S. A.. **Desafios e Perspectivas do Professor na Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência Intelectual/Síndrome de Down /**

Challenges and Perspectives of the Teacher in the Inclusive Education of Children with Intellectual Disabilities / Down Syndrome. Id On Line Revista de Psicologia, [S.L.], v. 14, n. 50, p. 929-946, 30 maio 2020. Lepidus Tecnologia.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2003São Paulo: Moderna.

MENEZES, J. B. **O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Civilistica.com, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1–34, 2015.

OLIVEIRA, M.; PACHECO, V.; BRITO, T. F.. **Expressão emocional em pessoas com síndrome de Down: análise acústica da alegria e da tristeza (the emotional expression in down syndrome people.** Estudos da Língua(Gem), [S.L.], v. 17, n. 2, p. 87, 30 jun. 2019. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB.

PACHECO, J.. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-0944-6.

ROTH, BM. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal Ltda, 2006.

SANTOS, J. A. FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. **Curvas de crescimento para crianças com Síndrome de Down.** Rev Bras Nutr Cli, Viçosa, v. 8, n. 44, p. 144-148, fev. 2006.

SILVA NETO, A. *et al.* **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista Educação Especial, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 81, 11 mar. 2018. Universidad Federal de Santa Maria.

SILVEIRA, M. da S.; REIS, E. M.; LORENSET, O. **A inclusão da criança com síndrome de down na educação infantil.** Revista Gesto-Debate, Campo Grande, v. 7, n. 01, p. 164-187, 24 abr. 2023. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

STAINBACK, S., & STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores.** 1999 Porto Alegre: Artes Médicas.